Miranda, Luiz Carlos Editorial

## **Editorial**

Caro Leitor,

Este é o Número 2 do Volume 5 (Abr-Jun/2011) da RIC – Revista de Informação Contábil.

A partir deste número a RIC contará com dois editores, graças à colaboração da Profa. Profa. Juliana Matos de Meira, Ph.D. Ela chegou recentemente de seu doutorado na University of Sheffield, Inglaterra e vem reforçar a Editoria da RIC.

Neste número contamos com seis artigos. O primeiro artigo - ESTUDO DO DESEMPENHO DOS MAIORES BANCOS DE VAREJO NO BRASIL POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA) - escrito por Vanessa Herculano de Oliveira, Marcelo Alvaro da Silva Macedo, e Luiz João Corrar, estuda o desempenho dos oito maiores bancos nacionais do setor de varejo, por meio da aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA), no período compreendido pelos primeiro e segundo semestres de 2008 e primeiro semestre de 2009, tendo-se como base as informações do relatório 50 Maiores Bancos do Banco Central. O estudo identificou que a Eficiência e o Retorno Médio de Operações de Crédito foram os índices problemáticos na avaliação do desempenho destes bancos neste período. Verificou-se também que as unidades que fizeram alterações relevantes de participações acionárias mantiveram ou melhoraram os seus índices de desempenho.

O segundo artigo - CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DAS NORMAS BRASILEIRAS ATUAIS E PROPOSTAS - de Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, Ducinéli Regis Botelho, e Diana Vaz de Lima, analisa o avanço dessas demonstrações contábeis rumo à convergência aos padrões internacionais para as entidades públicas. O estudo revela que houve avanços relevantes no processo de convergência.

O terceiro artigo - ESTUDO SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO UTILIZADOS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (UERJ): A PERCEPÇÃO DE DOCENTES E DISCENTES – de Noé Loureiro Madureira, Farid Succar Junior, e Josir Simeone Gomes, investiga os métodos de ensino superior aplicados pelo corpo docente da Faculdade de Administração e Finanças nos cursos de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O estudo revela a utilização de poucas práticas condizentes com a necessidade e interesse dos alunos, principalmente quanto à aprendizagem ativa além do predomínio do método tradicional, centrado no professor.

Miranda, Luiz Carlos Editorial

O quarto artigo - TRANSIÇÃO PARA O REGIME CONTÁBIL DE COMPETÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: IMPACTOS NA ESTRUTURA PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS – de Ari Söthe eJorge Eduardo Scarpin, analisa os impactos na estrutura patrimonial dos governos municipais, decorrentes da transição do regime misto para o regime contábil de competência, proposto pelo Estudo nº 14 do IFAC. O estudo concluí que a mudança do regime contábil causa impacto na estrutura patrimonial dos governos municipais da microrregião de São Miguel do Oeste – SC.

O quinto artigo - DETERMINANDO PADRÕES DE UTILIZAÇÃO DE INDI-CADORES DE DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÕES AGROINDUSTRIAIS – de Aldo Leonardo Cunha Callado, Antônio André Cunha Callado, e Moisés Araújo Almeida, estuda a estrutura e os padrões de relações existentes entre os indicadores de desempenho utilizados por agroindústrias paraibanas. A análise revela evidências da existência de relações entre indicadores a partir da identificação de cinco grupos distintos.

Finalmente, o sexto artigo -EFEITOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVER-NAMENTAIS E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE OS INDICADORES SOCIAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS – de Antônio Carlos Brunozi Júnior, Marco Aurélio Marques Ferreira, Luiz Antônio Abrantes, e Thiara Contelli Klein, investiga se os municípios mineiros, caracterizados pelos indicadores de educação e saúde podem ser diferenciados pelos valores recebidos das transferências intergovernamentais e da arrecadação tributária. O estudo revela que, no caso dos municípios analisados, a arrecadação tributária e a distribuição da quota-parte do ICMS Saúde da Família são as que apontam discriminação na importância dessas receitas públicas como fonte de fomento à aplicação das demandas sociais básicas da população, no caso saúde e educação.

Tenham uma boa leitura.

Luiz Carlos Miranda, Ph.D. e Juliana Matos de Meira, Ph.D.

**Editores**